



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento é a primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e da base ao termo de referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação “Art. 5º, Inciso XX, da Lei 14.133/2021”.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 863/2025

Município de São Vicente do Sul/RS

Departamento: Secretaria Municipal de Administração

Responsável: Clánilton Silva Salvador

Necessidade da Administração: Prestação de serviços de rastreamento e monitoramento eletrônico veicular, com transmissão de dados via GPRS/GSM e recepção GPS 24 horas em tempo real, observada a disponibilidade de sinal móvel, com registro contínuo e transmissão automática dos dados coletados, com a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web, licença de uso de software, configuração, capacitação e suporte técnico, bem como garantia de funcionamento, para gestão de frota da prefeitura municipal.

Item	Descrição Veículo/Maquinário	Placa/Chassi/Ref	Quant	Unid
1	RENAULT/MASTER NIKS AMB2	FYN7C92	12	mês
2	CHEVROLET/MONTANA PCIA A	JAN7D32	12	mês
3	IVECO/DAILY45S14 GRANFUR	ISD9606	12	mês
4	GM/CORSA SEDAN MAXX	INU0A76	12	mês
5	CHEVROLET/CELTA 1.0L LT	IWG8337	12	mês
6	CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ	IYO4710	12	mês
7	FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4	IYU6612	12	mês
8	FIAT/ARGO DRIVE 1.3	JAE3E49	12	mês
9	I/RENAULT LOGAN ZEN16MT	JAE9G35	12	mês
10	FIAT/ARGO DRIVE 1.3	JAV8E71	12	mês
11	CHEV/SPIN 1.8L AT ACT	JBG6I07	12	mês
12	CHEV/SPIN 1.8L AT PREMIER	JBH7D60	12	mês
13	FIAT/ARGO TREKKING 1.3	JBS5B44	12	mês
14	I/FORD TRANSIT NIKS PAS	JBZ7H49	12	mês
15	I/M.BENZ 517 SPRINTER A3	JCZ3D50	12	mês
16	I/M.BENZ 416CDISPRINTERM	JAC1G29	12	mês
17	MARCOPOLO/VOLARE DV9L R	JBO3E50	12	mês
18	MARCOPOLO/VOLARE W8 ON	IRJ6130	12	mês
19	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	IUB5I95	12	mês
20	MARCOPOLO/VOLARE V6L EO	IXB6540	12	mês
21	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	IZJ6G35	12	mês
22	M.BENZ/MASCA GRANMICRO O	JBA4B02	12	mês
23	M.BENZ/MASCA GRANMICRO O	JBA4C28	12	mês
24	M.BENZ/MASCA GRANMICRO O	JBG3C98	12	mês
25	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	JBO8G09	12	mês
26	AGRALE/MARRUAAM200 MOP8	JCY7F52	12	mês
27	VW/15.190 EOD E.HD ORE	IVY1G68	12	mês
28	CHEV/SPIN 1.8L AT LT7	JCL8G28	12	mês
29	CHEV/SPIN 1.8L AT ACT7	JAK7J26	12	mês



30	FIAT/FIORINO ENDURANCE	JBG4G07	12	mês
31	GMC / 6100 CAMINHÃO AMBUL	IKQ1737	12	mês
32	VW/QUANTUM	IHX8121	12	mês
33	MARCOPOLO/VOLARE A6 ON	ILR0503	12	mês
34	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	IOH9405	12	mês
35	VW/NOVO GOL 1.6 CITY	ITR9I70	12	mês
36	VW/PARATI 1.8 SURF	IOO5E02	12	mês
37	VW/NOVA SAVEIRO RB MBVS	IXI9471	12	mês
38	VERANEIO C10	JFO8C42	12	mês
39	AGRALE/13000	IRO1166	12	mês
40	AGRALE/13000	ISH0425	12	mês
41	M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4	IVM9453	12	mês
42	IVECO/TECTOR 240E28	JAP6H81	12	mês
43	VOLVO/VM 270 6X4R	JCL8B40	12	mês
44	FORD/CARGO 2423	IUB5807	12	mês
45	I/M.BENZ 417 SPRINTER C	JCV4G67	12	mês
46	I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3	JCY6B49	12	mês
47	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	IVP8165	12	mês
48	FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX	IVP8153	12	mês
49	AGRALE/6000 D TANQUE	IRS9442	12	mês
50	I/CHEV CRUZE LTZ NB AT	JBG9E56	12	mês
51	FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX	IQN3H18	12	mês
52	I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3	JCY6B59	12	mês
54	CHEVROLET/CELTA 1.0L LT	IWG8336	12	mês
55	NISSAN/GRAND LIVINA 18S	IVQ9959	12	mês
56	RETROESCAVADEIRA XC870BRI	XUG08703APPA02143	12	mês
57	RETROESCAVADEIRA XC870BRI	XUG08703CRPA0144	12	mês
58	RETROESCAVADEIRA JCB 3CX 2WS4WD	S0R3CXTTJ2740310	12	mês
59	RETROESCAVADEIRA JCB 3CX	S0R3CXTTVP3333727	12	mês
60	MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG/170	HBZN0170TDAF02987	12	mês
61	MOTONIVELADORA CASE 845 B	HBZNO845TEAF04006	12	mês
62	MOTONIVELADORA XCMG/GR1803BR	HBZNO845TEAF04006	12	mês
63	ESCAVADEIRA XE150BR	XUG01502HNPA00716	12	mês
64	ROLO COMPACTADOR XS123PDBR	XUG01231APPE11082	12	mês
65	ROLO COMPACTADOR XS80		12	mês
66	TRATOR MF 275	275047063	12	mês
67	TRATOR TRAMONTINE TDH1680	BCG0160020	12	mês
68	TRATOR JOHN DEERE 6100	1BM6100JTJ001152	12	mês

1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.

1.1. A prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular via WEB está fundamentada na necessidade de uma melhor gestão, controle e sistematização da frota do Poder Executivo Municipal, ou seja, um melhor controle de custos dentro do conceito de convergência de rastreamento/localização, aumentando assim a produtividade, a eficiência, a economicidade e principalmente a fiscalização da frota.

1.2. Além disso, esta demanda visa suprir a necessidade de um controle mais efetivo das rotas realizadas durante as atividades do órgão, como também auxiliar na identificação e prevenção de roubos, furtos, acidentes, infrações e multas de trânsito, para prezar a economia e garantir a segurança dos veículos e maquinários e seus usuários, bem como outros eventos que possam acarretar perdas e/ou danos ao erário público.



2. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de São Vicente do Sul.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto licitado tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Os equipamentos de monitoramento deverão ser fornecidos em regime de comodato, e ser instalados nos veículos e maquinários indicados pela Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, sob responsabilidade da empresa a ser contratada.

3.3. Os equipamentos e instalação deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e qualidade industrial – ABNT, INMETRO, e possuir homologação da ANATEL

3.4. Da qualificação econômico-financeira:

I. A licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

i. Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante.

II. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, ou seja, registrados na Junta Comercial ou Órgão competente que comprovem a boa situação financeira da empresa:

i. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

III. Para comprovação da boa situação financeira, serão utilizados os seguintes indicadores mínimos abaixo, que reproduzirão a boa situação econômico financeira da Licitante, garantindo assim o cumprimento da obrigação contratada:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{AC}{PC} = \text{igual ou superior a } 1,00$$

Obs.: Indicará quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis à curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \text{igual ou superior a } 1,00$$

Obs.: Indicará quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte, para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

$$\text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{PC + PELP}{AT} = \text{igual ou menor que } 1,00$$

Obs.: Expressará o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas, envolvendo além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável à Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível à Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

Obs.: Os índices previstos acima poderão ser substituídos por Demonstração de Patrimônio Líquido, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação



3.5. Da qualificação técnica:

- I. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:
- O licitante deverá possuir capacidade de entrega do objeto licitado, compatível com as especificações mínimas constante neste Termo, para tanto, será exigido apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovação de fornecimento, no território nacional, comprovando boa qualidade dos produtos/serviços entregues.
 - Declaração da proponente de que se compromete a prestar assistência técnica qualificada no município de São Vicente do Sul/RS, com atendimento aos prazos de manutenção corretiva e suporte técnico definidos neste Termo.

3.6. Do prazo, local, condições da prestação de serviços e garantia e assistência técnica:

I. O início da prestação de serviço objeto licitado deverá ser feito em até 15 (quinze) dias, após a homologação do processo licitatório, assinatura do Contrato oriundo deste processo licitatório e emissão da Nota de Empenho, nas condições e prazos relacionados abaixo:

- A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento para então iniciar a contagem dos prazos de entrega.
- A entrega definitiva dos serviços será efetivada, ao final de cada mês, após a conferência da prestação de serviço e mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente certificada, com assinatura/protocolo de recebimento do responsável designado para tal.
- Verificada a não conformidade na prestação de serviços, desde que comprovado a falha por parte da empresa contratada, a mesma deverá promover as correções necessárias imediatamente após o comunicado emitido pelo fiscal, sem ônus para a Administração.
- O local de entrega da prestação de serviços será indicado na nota de empenho de despesa, no município de São Vicente do Sul/RS.
- Os equipamentos de monitoramento em regime de comodato, deverão ser instalados nos veículos indicados pela Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, sob responsabilidade da empresa a ser contratada.
- A empresa deverá apresentar check-list assinado de todo serviço realizado.
- Ministrar treinamento aos gestores do sistema.
- Além da disponibilização e instalação dos equipamentos embarcados, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar rastreamento veicular com transmissão de dados com software via web integrando logística e gerenciamento da frota.

II. O sistema de cadastramento deverá permitir a inserção dos seguintes dados mínimos:

- Veículos: Tipo de veículo, placa, marca, modelo, cor, ano de fabricação, chassi, hodômetro.
- Motorista: Situação: Ativo ou inativo, nome completo, CPF, RG, CNH, vencimento da CNH, Data de Nascimento, matrícula, telefone.
- Usuários: Nome de usuário, login, senha de acesso, e-mail, liberação de diferentes tipos de acesso como cadastro de motorista, veículos, acesso às rotas, monitoramento de rotas, etc.

III. EVENTOS MÍNIMOS que deverão ser registrados/controlados:

- Ignição ligada/desligada;
- Tempo em marcha lenta;
- Violação da antena GPS;
- Violação da antena GSM;
- Tensão baixa de bateria;
- Posição solicitada pela central de rastreamento;
- Posições de rastreamento;
- Velocidade excedida;
- Saída da cerca (área que o veículo pode circular);
- Informações transmitidas no envio do evento deverão ser: Data e hora do GPS, latitude, longitude, direção do GPS, velocidade via GPS, Data e Hora do evento, Hodômetro.



IV. CERCAS:

- i. Possibilitar delimitar a área na qual os veículos podem transitar, individualmente
- ii. Avisar a central de rastreamento quando o motorista ultrapassar tal limite
- iii. Possibilitar criar cerca diretamente no mapa, pela escolha por região, caminho, ou roteiro predeterminado
- iv. Possibilitar identificar a cerca no mapa, e alterar o limite de cada veículo

V. ROTAS:

- i. Armazenagem das rotas dos veículos pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias.
- ii. Possibilitar traçar as rotas nos maps via web por endereços de saída, chegada, distância, etc.

VI. RELATÓRIOS mínimos que deverão estar disponíveis:

- i. Visualização pelo maps via web, com imagens satélite.
- ii. Informações de cada veículo, com data/hora, hodômetro, status da ignição e GPS ligado/desligado, localização do veículo com endereço, trajeto percorrido, informações de velocidade, etc.
- iii. Eventos registrados por veículo, com localização, data e hora, e hodômetro.
- iv. Deslocamento/parada: Informação detalhada da localização inicial e final de veículo de acordo com a data e momentos de ignição ligado/desligado.
- v. Controle de combustível: Informação de consumo e gasto com base na distância percorrida
- vi. Relatórios poderão ser exportados em PDF, XLS E CSV.
- vii. Disponibilizar sistema de busca de motoristas e veículos por CPF, CNH, placa, etc.

VII. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- i. A contratada deverá prestar assistência técnica autorizada e qualificada dos equipamentos e instalações realizadas no Município de São Vicente do Sul/RS, assim como ficará responsável por eventuais danos que o sistema possa ter causado no veículo por erros de instalação ou mau funcionamento.
- ii. O prazo de garantia será mantido durante todo o período de validade do contrato.
- iii. A realização dos serviços será por meio de estrutura própria ou parceiro autorizado, efetuando manutenção preventiva ou corretiva, para evitar descontinuidade da prestação do serviço
- iv. A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que necessária em até 48 (quarenta e oito) horas após abertura do chamado junto à empresa contratada.

3.7. Da fiscalização:

I. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

II. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

III. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.



3.8. Do pagamento:

I. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

i. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

ii. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

II. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

III. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

IV. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

V. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

VI. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VII. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VIII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

IX. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

X. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

XI. Recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das notas de empenho de despesa:

Órgão demandante	
Projeto/Atividade	
Despesa	3390.40.00.00.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação
Recurso	

3.9. Das obrigações da contratante e da contratada:

I. São Obrigações da Contratante

i. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;

ii. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;

iii. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

iv. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;

v. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

II. São Obrigações da Contratada

i. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta:



ii. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

iii. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

iv. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

v. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

vi. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

vii. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

3.10. Das sanções administrativas:

- I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- i. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - iii. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - vi. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ix. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - xi. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - xii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:

- i. Advertência;
- ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.

IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.

V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento



eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii. Pagamento da multa;
- iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

3.11. Dos casos fortuitos ou de força maior:

I. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do veículo no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

- i. Greve geral;
- ii. Calamidade pública;
- iii. Interrupção dos meios de transporte;
- iv. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- v. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

II. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante.

III. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

IV. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

3.12. Da extinção:



I. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à Contratada:

i. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

ii. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

iii. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato.

3.13. Do Reajustamento Contratual:

I. Os preços permanecerão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses e decorrido esse prazo, os preços poderão ser reajustados anualmente por solicitação da Contratada e justificativa aceita pelo Contratante, mediante a aplicação do menor índice acumulado da variação positiva dos seguintes índices: INPC/IBGE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV.

4. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

4.1. A quantidade de serviços foi estimada para 12 meses, para toda a frota de veículos e maquinários do nosso município.

4.2. Havendo alguma alteração na relação de veículos e maquinários, ou seja, ocorrendo aquisição e/ou exclusão de algum, a contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto licitado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

5. DAS ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO:

5.1. Os valores de referência para a formação da cesta de preços, foram apurados através na mediana de preços pesquisados baseados preços homologados em licitações/compras semelhantes de outros órgãos públicos Art. 23, § 1º, inciso II, as planilhas fazem parte deste ETP e estarão anexadas ao processo administrativo.

6. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Estima-se para a contratação almejada o valor mensal por serviço de R\$ 51,20 (cinquenta e um reais e vinte centavos) num total anual global para todos veículos e maquinários de **R\$ 41.779,20 (quarenta e um mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos).**

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1. A solução proposta/alternativa viável, para atender a demandada neste Estudo Técnico Preliminar, é a realização da contratação através de Pregão, tendo em vista a previsão da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor global, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17º, § 2º, e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

I. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

II. Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado a presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

9. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a



contratação mais vantajosa para o Município.

9.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

9.3. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

9.4. Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que haverá concorrência entre as licitantes do ramo de atividades, com a oferta de menor preço, considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.

10. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

10.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência sobre o Art. 140 da Lei 14.133/2021, que versa sobre o recebimento do objeto do contrato.

10.2. A Secretaria requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

10.3. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- I.** Elaboração do Termo de Referência;
- II.** Elaboração de minuta de contrato;
- III.** Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- IV.** Análise da manifestação jurídica e se necessário, o atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- V.** Publicação e divulgação do edital e anexos;
- VI.** Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- VII.** Realização do certame, com suas respectivas etapas.

11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

11.1. Diante de toda a análise desenvolvida neste estudo técnico, a contratação mostra-se VIÁVEL, em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar impedimentos ao prosseguimento da contratação demandada através de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º inciso XLI, 17º § 2º e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Vicente do Sul, 23 de janeiro de 2025.

Clanilton Silva Salvador
Secretaria Municipal de Administração